



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Cabo Gilberto Silva - PL/PB**

Requerimento de Convocação N° 2026

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requer a convocação do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, para prestar esclarecimentos à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Senhor Presidente,

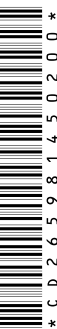
Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 117, II, e 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro das Relações Exteriores, Sr. , Mauro Vieira, para comparecer à **Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**, a fim de prestar esclarecimentos acerca da decisão do Brasil de adotar o princípio da reciprocidade em face dos Estados Unidos, bem como sobre a expulsão de agente americano que atuava na área de imigração em território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A política externa brasileira atravessa um momento preocupante de deterioração, especialmente no que se refere à sua relação com os Estados Unidos, um dos parceiros históricos mais relevantes do Brasil. Ao invés de fortalecer canais de diálogo e cooperação, o atual governo tem adotado medidas que ampliam tensões e sinalizam um afastamento progressivo de uma diplomacia pragmática e equilibrada.

O episódio envolvendo a expulsão do delegado da Polícia Federal brasileira dos Estados Unidos é emblemático. Há provas de que o referido agente realizou atividades ilegais naquele país, o que motivou sua retirada. Diante de um fato dessa natureza, seria esperado do Ministério das Relações Exteriores uma postura responsável, pautada pela apuração rigorosa e pela busca de soluções diplomáticas, e não uma reação que intensifica o conflito.

Entretanto, a resposta adotada pelo Brasil — com base no chamado princípio da reciprocidade — levanta sérias dúvidas quanto à sua adequação e proporcionalidade. A expulsão de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

um agente americano que atuava na área de imigração no Brasil sugere uma retaliação automática, sem a devida consideração das consequências estratégicas dessa decisão para as relações bilaterais.

Essa postura reflete uma orientação mais ampla do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que tem priorizado posicionamentos políticos e ideológicos em detrimento de uma diplomacia técnica e voltada aos interesses permanentes do Estado brasileiro. Tal conduta compromete a credibilidade internacional do país e fragiliza parcerias essenciais em áreas como comércio, segurança e cooperação institucional.

Diante desse cenário, é fundamental que o Congresso Nacional exerça seu papel fiscalizador e busque esclarecimentos formais sobre os fundamentos e os impactos dessas decisões.

A presença do Ministro das Relações Exteriores nesta Comissão é indispensável para que se compreenda se tais medidas atendem, de fato, ao interesse nacional ou se representam mais um passo no processo de afastamento do Brasil de uma diplomacia responsável e respeitada.

Sala de Sessões, em de 2026.

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

